

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data 11/04/2019	Página: 09
Cita a Sefaz e o secretário	

Tribuna

Estado avalia incentivo para comércio do Pelô

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Está nas mãos de governador Rui Costa, oferecer incentivos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para estabelecimentos comerciais no Centro Histórico de Salvador. A informação é do secretário estadual de Turismo, Fausto Franco, em entrevista, na terça-feira 9, ao programa 'Seis Em Ponto', da Rádio Metrópole.

"Estou conversando com o governador, que me autorizou, e com o secretário Manoel Vitorino, para conseguir os incentivos do ICMS para bares, restaurantes e hotéis", antecipou. A Secretaria estadual da Fazenda (Sefaz) enviou nota dizendo que: "A Sefaz-Ba ainda não recebeu nenhuma demanda sobre este assunto. Quando receber, irá avaliar a medida do ponto de vista da legalidade".

A reportagem da Tribuna da Bahia foi ao local para ouvir dos comerciantes e futuros beneficiados pelos incentivos do imposto, sobre a possibilidade desta ação governamental se tornar realidade. De uma maneira geral, todos se mostraram ansiosos e oti-



Foto: Romildo de Jesus

COMERCIANTES

Estão ansiosos para que esta ação se torne realidade e muito otimistas com a possibilidade do incentivo

mistas. Mobilizados pela Associação de Comerciantes do Pelourinho (Acope-lô) - dirigida por Clarindo Silva, 77 anos -, os comerciantes querem, ainda, que Rui Costa ofereça, além desses incentivos do ICMS, uma anistia, de 95%, dos débitos antigos com o Governo do Estado.

BEM-VINDA

Para Domingos Alves de Souza, 59 anos, proprietário da loja Terreiro Tropical, que vende produtos e roupas artesanais, qualquer coisa, que venha a beneficiar o pequeno empresário será muito bem-vinda. "Hoje, estou sobrevivendo pelas graças de Deus. Tenho trabalhado de domingo a domingo, sem folga, para pagar as dívidas e não consigo", lamenta.

Obstinado com o trabalho, Domingos de Souza não quer baixar a guarda, mesmo vivendo em circunstâncias financeiras das mais difíceis.

"Há três anos estou sem um funcionário. Já tive, aqui, três com carteiras assinadas. E agora, sozinho, me vejo sem dinheiro para pagar o aluguel à Santa Casa da Misericórdia, a qual tive que negociar, recentemente, um débito de R\$ 27 mil", diz com os olhos marejados de lágrimas.

PRESSÃO

Governadores da Bahia e Sergipe fazem apelo pelas Fafens

DA REDAÇÃO

As fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fafen) da Bahia e de Sergipe estão acima do interesse comercial da Petrobras, detentora das unidades fabris. Este foi o principal argumento apresentado ontem pelo governador Rui Costa, em defesa da unidade, hoje paralisada por conta do programa de venda de ativos da estatal. Juntamente com o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, e senadores dos estados, Rui expôs os danos gerados à economia baiana ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em Brasília.

A petroleira anunciou o fechamento das unidades no início de 2018, e desde então os estados lutam para a manutenção das operações. "A Fafen é estratégica para o País. Somos um dos maiores do mundo em produção de grãos e proteínas e, se queremos continuar, nós precisamos investir na produção de fertilizantes", explicou o governador baiano.

O gás utilizado para produção de fertilizantes nitrogenados (químicos) favore-



Rui Costa defendeu atividade estratégica da Fafen na reunião com o ministro Bento Albuquerque, em Brasília

ce a produção de grãos e proteínas, como ressaltou.

Empregos

Rui afirmou ainda que o Brasil precisa olhar a venda de gás para a produção de fertilizantes e para viabilizar diversas outras indústrias, não apenas como combustível para queimar. "Acho que esta posição fala muito mais forte do que um interesse específico da Petrobras", disse.

A defesa dos empregos, da renda, da agricultura e da pecuária, feita pelo governador da Bahia, também refletiu a posição do governador de Sergipe, que reforçou ao ministro a importância de sua pasta intervir definitivamente na situação. Bento Albuquerque, por sua

vez, se comprometeu a ajudar.

O próximo passo do governo baiano será se reunir com a direção da Petrobras para buscar um desfecho positivo para negociação.

Arrendamento

Conforme publicado por A TARDE, na edição do último dia 3, três empresas (Acron, Formitex e Proquigel) já foram habilitadas a participar da licitação destinada ao arrendamento das Fafens na Bahia e Sergipe. A Petrobras apenas assegurou que o processo licitatório seguirá os ritos da lei das estatais.

“Acho que esta posição fala muito mais forte do que um interesse específico da Petrobras”

RUI COSTA,
governador da Bahia

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



CRIMES TRIBUTÁRIOS

O pacote anticrime em tramitação no Senado poderá endurecer as penas e acabar com brechas que protegem infratores enquadrados em crimes contra a ordem tributária. Isso porque auditores fiscais da Receita Federal emplacaram duas emendas ao projeto (PL 1864/19) que alteram a legislação vigente. Atualmente, o pagamento do tributo, antes do recebimento da denúncia, extingue a punibilidade do crime. Outra hipótese é a suspensão de punição para o infrator que estiver incluído em programa de parcelamento de débitos tributários.

Refis

Nas emendas, os auditores pontuam que, pelas regras atuais, não é necessário sequer realizar o pagamento integral dos créditos tributários; basta aderir a um Refis e, durante o período do parcelamento, o infrator não responderá pelos delitos cometidos.

Sonegação

De acordo com o levantamento feito pela Unafisco (União Nacional dos Auditores Fiscais), e citado nas justificativas das emendas, a sonegação fiscal é responsável pela perda anual de R\$500 bilhões por ano. No mesmo período, a corrupção leva aproximadamente R\$ 200 bilhões.

Cadeia

Paralelo ao pacote, outro projeto (PLS 423/17), também apoiado pelos auditores, prevê cadeia para o sonegador, com penas equiparadas às do crime de corrupção (2 a 12 anos), havendo redução da pena com o pagamento, e não mais a extinção da punibilidade com o pagamento ou parcelamento das dívidas tributárias.

Tribuna

PEC destina emendas direto a estados e municípios



OTTO ALENCAR e Jaques Wagner deram a notícia aos prefeitos baianos, durante encontro promovido pela UPB em Brasília

Os senadores Otto Alencar e Jaques Wagner levaram uma excelente notícia aos prefeitos que se reuniram no jantar da bancada baiana em Brasília, na noite de terça-feira (9). O senado aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 81/2015, que destina emendas parlamentares diretamente aos fundos de participação de estados e municípios. De acordo com Otto e Wagner, a matéria seguiria para a Câmara já ontem. O jantar com a bancada acontece anualmente durante a Marcha

em Defesa dos Municípios. "Os recursos que vão para infraestrutura, educação, saúde ou qualquer tipo de obra de emenda impositiva vão sair aqui de Brasília direto para o Fundo de Participação dos Municípios, acabando de vez a burocracia", explicou Otto. O senador Jaques Wagner disse que "hoje os senadores marcaram um 'gol de placa' em respeito a vocês, prefeitos. Eu sempre digo que o parlamento funciona com o grito e o calor da rua. Não é fácil votar uma PEC. Votamos os dois turnos em um intervalo de dez

minutos", comemorou o senador baiano Jaques Wagner. A notícia foi comemorada pelos prefeitos presentes incluindo o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro. "Com essa solução, as emendas colocadas pelos parlamentares se tornam mais eficazes e independem de convênios e burocracias. Nossa luta, agora, é na mobilização dos deputados", disse. O deputado federal e coordenador da bancada da Bahia na Câmara, deputado Daniel Almeida, destacou que a matéria

também será aprovada pela casa. "Chegando à Câmara, eu não tenho dúvidas que vamos aprovar rápido. O prefeito tem o direito de ver a emenda chegando ao seu município. Estamos todos juntos em defesa do fortalecimento do municipalismo", disse. A XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), é considerada o maior evento político da América Latina. Mais de 280 prefeitos baianos participaram do evento, que vai até hoje.

Tribuna

Produção industrial baiana registra crescimento de 6,5%

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, analisadas em âmbito estadual pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em fevereiro de 2019, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, cresceu 6,5% frente ao mês imediatamente anterior.

No confronto de fevereiro de 2019 com igual mês do ano anterior, a indústria baiana apresentou expansão de 2,5%, com seis das 12 atividades pesquisadas assinalando aumento da produção. Estados como Espírito Santo (-11,7%), Rio de Janeiro (-0,8%) e Minas Gerais (-0,8%) assinalaram taxas negativas nesse mês.

“Este resultado mostra a recuperação da indústria baiana frente ao cenário nacional, uma vez que o ritmo de crescimento da produção industrial brasileira ficou com taxa de 2,0%, na comparação entre fevereiro de 2019 com o mesmo mês do ano anterior”, destaca o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

O setor de Veículos (14,7%) apresentou a prin-

cipal influência positiva no período, explicada, especialmente, pela maior fabricação de automóveis e bancos de metal. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Metalurgia (30,6%), Minerais não metálicos (26,6%), Extrativa (12,9%), Borracha e material plástico (11,8%) e Bebidas (12,2%). No acumulado do ano, a indústria registrou leve queda de 1,8%, em relação ao mesmo período anterior.

COMÉRCIO

As vendas no comércio varejista baiano cresceram 5,7% em fevereiro de 2019, quando comparado a igual mês de ano anterior. No varejo nacional, o volume de negócios cresceu 3,9%, em relação à mesma base de comparação. Na análise sazonal, a taxa do comércio varejista no estado baiano registrou taxa positiva de 0,7%. Esses dados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio e analisados em âmbito estadual pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Veículo: Política Livre	
Data: 10/04/2019	Caderno: Economia



Vendas no comércio varejista baiano crescem 5,7% em fevereiro

As vendas no comércio varejista baiano cresceram 5,7% em fevereiro de 2019, quando comparado a igual mês de ano anterior. No varejo nacional, o volume de negócios cresceu 3,9%, em relação à mesma base de comparação. Na análise sazonal, a taxa do comércio varejista no estado baiano registrou taxa positiva de 0,7%. Esses dados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio e analisados em âmbito estadual pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). “Este resultado das vendas do varejo baiano para este mês de fevereiro é animador, uma vez que o resultado mais próximo a este, no ano passado, ocorreu no mês de novembro, com 5,1%, quando ocorre a já tradicional Black Friday”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro. Por atividade, os dados do comércio varejista do estado da Bahia, quando comparados a fevereiro de 2018, revelam que seis dos oito segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram comportamento positivo. Listados pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, são eles: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (15,8%); Móveis e eletrodomésticos (15,2%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (13,6%); Tecidos, vestuário e calçados (11,6%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,3%); e Combustíveis e lubrificantes (0,2%).

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Índice, que alcançou 0,75%, é considerado como apuração oficial da média dos preços no País

Inflação de março tem maior taxa para o mês nos últimos quatro anos

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

A alta de 0,75% na inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em março foi a maior para o mês desde 2015, quando havia subido 1,32%, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao se considerar todos os meses, o IPCA de março foi o mais alto desde junho de 2018, quando subiu a 1,26%, sob impacto da greve de caminhoneiros, explicou Fernando Gonçalves, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. Em março de 2018, o IPCA foi de 0,09%.

Com o resultado mensal, a taxa acumulada em 12 meses pelo IPCA subiu de 3,89% em fevereiro para 4,58% em março, o resultado mais elevado desde fevereiro de 2017, quando estava em 4,76%.

Alta concentrada

A aceleração da inflação medida pelo IPCA em março foi um movimento concentrado em aumentos nos grupos Alimentação e Transportes, afirmou Fernando Gonçalves. "[A alta] Foi concentrada, não disseminada", disse Gonçalves.

Os gastos das famílias com transportes subiram 1,44% em março, resultando num impacto de 0,26 ponto porcentual no IPCA do mês. Já o grupo alimentação e bebidas teve elevação de 1,37%, o equivalente a uma contribuição de 0,34 ponto porcentual para a inflação. Jun-



Alessandra Lori / Ag. A TARDE / 30.52018

Preço do feijão carioca subiu 105% no primeiro trimestre de 2019, a maior alta no período desde o Plano Real

Para famílias com faixas de renda mais baixas, a inflação foi maior: 0,77%, de acordo com apuração feita também pelo IBGE (INPC)

tos, as duas classes de despesa responderam por 80% da inflação de março. "São os dois grupos que pesam mais no IPCA, somam 43% das despesas das famílias", lembrou Gonçalves.

Os custos da alimentação fora de casa subiram apenas 0,10% em março. No entanto, os alimentos para consumo no domicílio aumentaram 2,07%. As famílias pagaram mais pelo tomate (31,84%), batata inglesa (21,11%), feijão carioca (12,93%) e frutas (4,26%).

Segundo Gonçalves, as

questões climáticas explicam os aumentos de preços dos alimentos. "Se chove muito estraga, se fica muito quente também estraga", lembrou o pesquisador.

No caso do feijão carioca, o preço subiu 105% apenas no primeiro trimestre de 2019, a maior alta para o período desde a implantação do Plano Real. "Na primeira safra de feijão carioca, teve problema de estiagem no Sul. O feijão carioca é o mais consumido no Brasil. Esse produto só tem no País, só nós produzimos esse feijão,

não importamos. Então, houve problema de oferta", explicou Gonçalves.

Renda mais baixa

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação de preços da cesta de consumo de famílias com renda até cinco salários mínimos, subiu para 0,77% em março. A taxa é superior ao 0,54% de fevereiro e a maior para meses de março desde 2015. O INPC acumula taxa de 1,68% no ano, a maior para o período desde 2016 (2,93%).

Tribuna

SE LIGUE

Inflação tem maior nível para março em 4 anos e supera centro da meta em 12 meses

A inflação oficial brasileira acelerou a alta com força em março e registrou o maior nível para o mês em quatro anos, levando o acumulado em 12 meses a superar o centro da meta oficial pela primeira vez desde outubro.

Em março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,75 por cento, depois de ter subido em fevereiro 0,43 por cento, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira. É o que mostra reportagem de Rodrigo Viga Gaier e Camila Moreira, Reuters.

Esse é o nível mais alto do índice desde junho de 2018 (1,26 por cento) e o mais forte para o mês de março desde a taxa de 1,32 por cento registrada em 2015.

Com isso, o índice acumulado em 12 meses passou a registrar avanço de 4,58 por cento, sobre 3,89 por cento no mês anterior, o que representa o maior nível desde fevereiro de 2017 (4,76

por cento).

Assim, o IPCA supera o centro da meta oficial de inflação do governo para 2019, de 4,25 por cento pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. É a primeira vez que isso acontece desde outubro do ano passado, quando o objetivo era de 4,5 por cento.

No mês passado, o Banco Central antecipou que a inflação acumulada em 12 meses deve atingir um pico em torno de abril ou maio, para depois recuar para patamar abaixo do centro da meta deste ano.

GASOLINA E TOMATE

Em março, a pressão veio de alimentos e transpor-



tes, que juntos representam 43 por cento das despesas das famílias e responderam por 80 por cento do índice do mês. "O lado positivo da alta de março é que ela foi concentrada, e não espalhada. Isso mostra que ela pode ir e voltar. Temos que acompanhar o clima para os próximos meses", disse o eco-

nomista do IBGE Fernando Gonçalves.

Os preços de alimentação e bebidas aceleraram a alta a 1,37 por cento, de 0,78 por cento em fevereiro, com os alimentos para consumo no domicílio subindo 2,07 por cento e tomate (31,84 por cento por cento), batata-inglesa (21,11 por cento), feijão-carioca (12,93 por cento) e frutas (4,26 por cento) pesando.

Já os custos de transportes aumentaram 1,44 por cento em março, deixando para trás a queda de 0,34 por cento no mês anterior. O avanço de 3,49 por cento nos preços dos combustíveis foi o principal responsável pelo resultado, com a gasolina custando 2,88 por

cento a mais.

A inflação de serviços, por sua vez, desacelerou levemente com taxa de 0,32 por cento, de 0,39 por cento em fevereiro.

Apesar da maior pressão em 12 meses, o cenário para a inflação é confortável, diante do quadro de recuperação lenta e gradual

da economia e do mercado de trabalho ainda fraco, mantendo a perspectiva de manutenção dos juros básicos este ano.

Após manter a Selic na mínima histórica de 6,5 por cento, o BC indicou que, diante da retomada econômica abaixo do esperado, o balanço de riscos para a inflação passou a ter pesos iguais tanto para cima quanto para baixo, o que tirou o impedimento explícito que o BC vinha apontando para eventualmente diminuir os juros à frente.

A pesquisa Focus mais recente realizada pelo BC mostra que os economistas projetam alta do IPCA este ano de 3,90 por cento, indo a 4 por cento em 2020.

DESACELERAÇÃO**FMI reduz para 2,1% projeção de crescimento do PIB brasileiro****ESTADÃO CONTEÚDO**

Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2019 de 2,5% para 2,1%. Para o ano que vem, a previsão de alta passou de 2,2% para 2,5%.

As estimativas, que atualizam números divulgados em janeiro, constam do relatório Perspectiva Econômica Mundial, cujo título é "Desaceleração de crescimento, recuperação precária", publicado ontem. Em outubro, o FMI indicou que a expansão brasileira atingiria 2,4% em 2019 e 2,3% em 2020. Os desequilíbrios fiscais são um dos principais fatores que pesaram nas alterações das previsões.

Tribuna

CCJ analisará parecer da Previdência a partir do dia 15

DELEGADO
Marcelo Freitas diz que a proposta não está em desacordo com a Constituição e deve ser admitida pela comissão.



POR ANA CRISTINA CAMPOS
AGÊNCIA BRASIL

Integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara decidiram ontem (10) que o debate sobre o parecer do relator da reforma da Previdência, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), apresentado anteontem (9), vai começar na próxima segunda-feira (15). O relatório do parlamentar foi pela admissibilidade do texto enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Jair

Bolsonaro. Na segunda, será convocada reunião extraordinária da CCJ para iniciar o debate às 14h. O tempo de fala de cada deputado foi reduzido para permitir que mais parlamentares participem. Dessa forma, os integrantes da CCJ terão dez minutos e os não membros irão dispor de cinco minutos cada, com no máximo 20 deputados não membros.

Segundo a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), a ideia é dar celeridade aos trabalhos do colegiado. "Começamos a discussão [do pa-

recer] na segunda-feira, invade a noite se for preciso, e na terça-feira [dia 16], a gente vota, nem que seja de madrugada", afirmou a deputada. Segundo o vice-líder da minoria, deputado José Guimarães (PT-CE), o acordo de não obstrução dos trabalhos é para os procedimentos da discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 6/19). "É um bom acordo para fazer um debate grande, de mérito", afirmou. Para Guimarães, não houve consenso se a votação do parecer será na terça-feira ou na quarta-feira (17). Para depu-

tado Delegado Marcelo Freitas, a proposta não está em desacordo com a Constituição e deve ser admitida pela comissão. Segundo ele, a medida não fere a segurança jurídica. "O nosso parecer é pela admissibilidade da PEC também quanto às novas regras para a garantia de renda mensal mínima para pessoa com deficiência e idosos, com a recomendação encarecida de que a Comissão Especial, examine com profundidade a conveniência, a oportunidade e a justiça dos parâmetros fixados", finalizou.

11/04/2019 - 05:00

PEC aprovada por Senado agrada governo

Por Ribamar Oliveira

O Ministério da Economia não vê problema na proposta de emenda constitucional (PEC) 61/2015, aprovada pelo Senado na noite da terça-feira, informou uma fonte credenciada do governo ao **Valor**. A área econômica entende que a medida vai na direção da descentralização dos recursos da União para os Estados e municípios defendida pelo ministro Paulo Guedes.

A PEC permite que as emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União sejam diretamente transferidas aos governos estaduais e prefeituras sob a forma de doação, sem necessidade de assinatura de convênios. Hoje, a União só libera o dinheiro da emenda parlamentar depois de o Estado ou o município beneficiado assinar um convênio, comprometendo-se com uma série de normas para a aplicação dos recursos.

Como a transferência dos recursos poderá ser feita por meio de doação, a proposta aprovada pelo Senado resultará em mais dinheiro diretamente nos caixas dos Estados e dos municípios, que poderão aplicá-los livremente em qualquer despesa, inclusive no pagamento de pessoal e de custeio da máquina administrativa. A medida é vista como uma grande ajuda aos Estados e municípios que enfrentam, em sua maioria, grande dificuldade financeira.

A transferência sob a forma de doação, no então, só poderá atingir metade das emendas individuais dos parlamentares, advertiu ontem especialista consultado pelo **Valor**. Isto porque outro artigo da Constituição estabelece que 50% do valor das emendas individuais terão que ser destinados, obrigatoriamente, às ações e serviços públicos de saúde. Neste caso, as emendas terão finalidade de despesa definida e, para serem liberadas, terão que ser objeto de convênio entre a União e o governo estadual ou a prefeitura beneficiada.

No Orçamento deste ano, as emendas parlamentares individuais somam R\$ 9,1 bilhões. Se a emenda aprovada pelo Senado já estivesse em vigor, os Estados e municípios poderiam contar com até R\$ 4,55 bilhões em seus cofres em doações feitas pela União, com base nas emendas individuais dos parlamentares. Para 2020, o valor das emendas será reajustado pela mesma inflação que corrigirá o teto de gastos.

A PEC do Senado, no entanto, não é autoaplicável e vai necessitar de regulamentação depois que for aprovada pela Câmara dos Deputados, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Valor**. A razão disso é que a proposta não define o momento em que os recursos deverão ser transferidos pela União ou em que prazo.

Como o texto constitucional estabelece que as emendas individuais também estão sujeitas ao contingenciamento do Orçamento, que é adotado para garantir o cumprimento da meta fiscal do ano, os especialistas advertem que o governo não poderá transferir todo o dinheiro de uma só vez ou no início do exercício, assim que o Orçamento for sancionado pelo presidente da República. Todas essas questões poderão ser regulamentadas por lei específica ou pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a cada ano.

A PEC 61/2015 foi inicialmente proposta pela então senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela determinava que os recursos das emendas individuais seriam repassados diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), independentemente da celebração de convênio.

A proposta de Gleisi chegou a entrar na ordem do dia do Senado para ser votada, mas terminou engavetada em outubro de 2017. Na terça-feira passada, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) apresentou uma emenda à PEC 61/2015, que foi votada, imediatamente, em primeiro e segundo turno.

A aplicação dos recursos a serem doados pela União aos Estados e municípios, a partir das emendas individuais, de acordo com a proposta, não será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas pelos órgãos de controle interno no âmbito estadual ou municipal e pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos municípios. O TCU só fiscalizará os recursos transferidos para finalidade de despesa definida, que terá que ser objeto de convênio.